



DELIBERAÇÕES E BREVE RELATO REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA REALIZADA EM 20/08/2021

No dia 20/08/2021, realizou-se a reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida com a participação de mais de 60 pessoas. A pauta da reunião foi integralmente cumprida, conforme resumo das deliberações e propostas relatados a seguir. As telas apresentadas estão disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-do-conselho-politico-da-auditoria-cidada-da-divida-20-8-21/> e o vídeo da parte da Análise de Conjuntura está disponível em <https://auditoriacidada.org.br/video/reuniao-do-conselho-politico-da-acd-20-08-2021/>. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, agradeceu a presença de todas as pessoas e dirigiu a reunião.

1 – ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Maria Lucia apresentou análise que inicia mostrando que vivemos o avesso do Brasil que merecemos: imensa riqueza em todos os sentidos, campeões de exportação de grãos, carne, e mais da metade da população em insegurança alimentar e 20 milhões de pessoas passando fome no país. Ressaltou o avanço da pauta do capital com diversas medidas aprovadas no Congresso Nacional. Chamou atenção para a independência do Banco Central; a aprovação da “Bolsa-Banqueiro” (PL 3.877/20); a disparada do aumento da taxa de juros pelo Banco Central; as privatizações insanas, como o da Eletrobrás e o orçamento 2021 com imenso privilégio para os gastos com a dívida pública, entre outras. Falou também da proposta de reforma tributária que dentro do parlamento vem sendo desfigurada, favorecendo o grande capital, além do temerário avanço da PEC 32 no Congresso Nacional.

Na sequência, mencionou que o aumento da dívida pública decorre de medidas definidas pelo BIS e seus braços, principalmente o Banco Central que aplica política monetária contrária aos interesses do país. Esse aumento da dívida tem sido usado como justificativa para imposição de medidas de ajuste fiscal, como a EC 95, a EC 109, as contrarreformas, as privatizações, o regime de recuperação fiscal e como isso diminuição dos serviços públicos à sociedade, o aumento do desemprego, a perda renda etc. Os bancos lucram com os mecanismos que fazem aumentar a dívida e também com essas medidas adotadas sob a justificativa de debelar a crise.

Ressaltou que a crise no Brasil foi fabricada pela política monetária do Banco Central que subiu a taxa de juros, emissão deliberada de títulos, remuneração da sobra de caixa dos bancos e a farra de swaps cambial. O rombo das contas públicas está no Sistema da Dívida e não nos gastos com a estrutura do Estado. Disse também que o Congresso Nacional deveria investigar o Sistema da Dívida e o Banco Central, mas preferiu aprovar a independência do BC e o *overnight* (Bolsa-banqueiro).

Ressaltou que na briga contra a PEC 32 é necessário utilizar os argumentos abordados acima, e não ficarmos apenas na defensiva. Os dados evidenciam que o rombo das contas não está e nunca esteve na estrutura de Estado que a PEC 32 visa destruir. Acrescentou que a dívida não tem servido para investimentos no país, conforme dito pelo TCU em audiência pública no Senado Federal.

Falou sobre a mentira do “déficit financiado por endividamento” que no orçamento divulgado pelo governo ele esconde os gastos com a dívida pública, cujos mecanismos são os grandes responsáveis pelo endividamento público. Citou também que o BC liberou trilhões aos bancos no início da pandemia, dinheiro que ficou empossado nos bancos, sendo usado para aumentar a remuneração de caixa deles.

Sobre a independência do BC Maria Lucia disse que é muito fácil ser independente quando a população paga o prejuízo gerado com a política suicida (Art. 7º da “LRF”: o prejuízo do BC é transferido para o Tesouro Nacional). Informou que sobre a PEC 186 e 32 foram enviadas interpelações extrajudiciais, via Cartório, aos parlamentares.

2 e 3 – PEC 32 e AMEAÇA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS: REGIME DE “RECUPERAÇÃO” FISCAL e “SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS”

Maria Lucia alertou que a PEC 32 está entre as medidas impostas pelo cenário de crise fabricada, e vem com a falsa alegação de que o rombo das contas públicas estaria no gasto com os servidores públicos e com a estrutura do Estado. A PEC aponta para a privatização e terceirização generalizadas, com risco de extinção de carreiras a partir do compartilhamento viabilizado pelo Art. 37-A do texto da PEC.

Acrescentou que esse projeto está conectado com o regime de recuperação fiscal, que abre caminho para grandes negócios da iniciativa privada, além de incentivar a chamada “Securitização de Créditos Públicos”, entre vários outros aspectos explicados no texto de recente artigo divulgado durante a reunião, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal-por-maria-lucia-fattorelli/>.

Segundo ela o problema das contas públicas dos Estados está na subtração de recursos para o pagamento da dívida ilegítima, que já foi paga várias vezes, nos incentivos fiscais injustificados, na lei Kandir e na concentração de renda na esfera federal. Ressaltou que o RRF não enfrenta esses problemas, mas na verdade agrava, pois estimula o endividamento público, através de empréstimos, com garantia da união, o que leva à instauração da securitização de créditos. Ela citou as finanças do Rio de Janeiro que serviu como “cobaia” para o referido regime, já comprova isso.

Portanto por essas e outras razões é possível afirmar que o desequilíbrio não está no gasto com os servidores, mas o problema está nas subtrações e na concentração de renda na esfera federal. Seguiu explicando a gênese da PEC 32 e seus imensos riscos não só para os servidores públicos, mas para toda a sociedade.

Na sequência da exposição, houve cerca de 20 intervenções por parte dos(as) participantes, inclusive representantes dos Núcleos que deram informes, apresentaram sugestões e encaminhamentos resumidos a seguir:

- Foi disponibilizado o esboço do folheto sobre o Regime de Recuperação Fiscal (diagramado) e a ACD aguarda o envio de sugestões.
- Preparar material sobre PEC 188, explicando às Centrais e demais entidades da sociedade civil que essa trará prejuízo à saúde e educação, entre outros;
- Preparar Nota da ACD para entidades da saúde, da segurança e da educação, sobre a PEC 32 e a PEC 188;
- Aproveitar mais os espaços das rádios para divulgar o trabalho da ACD;
- Núcleo Baiano lançou a proposta de uma biblioteca coletiva virtual sobre dívida pública. Estão sendo catalogados quase 500 livros (em português, espanhol, inglês e francês), cerca de 60% deles versando diretamente sobre dívida pública. Foi pedida participação com sugestões de organização e indicação de obras. Quem desejar ter acesso à biblioteca é só solicitar, através do e-mail do Núcleo Baiano: auditoriacidadaba@gmail.com ;
- Elaborar curso sobre pensamento sistêmico e oficinas de estudos;
- Organizar reuniões nos estados sobre Regime de Recuperação Fiscal, ver quais estados seriam prioritários, onde o processo de aprovação e implantação já mais adiantado, como RJ (já aderiu), RS e GO (já têm autorização legislativa para aderir), MG, AP e RN (em fase de aprovação da autorização).

- Programar reuniões com grupo reduzido de Núcleos de cada vez para possibilitar o debate e troca de experiências.
- Realizar oficinas de trabalho com os núcleos que já receberam a documentação enviada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

4 - NÚCLEOS NOS ESTADOS

No tópico anterior diversos representantes dos Núcleos se manifestaram e apresentaram as sugestões. Maria Lucia lembrou aos Coordenadores de Núcleos sobre a importância de enviar os pedidos de informações às Secretarias de Fazenda, tendo em vista que é importante conhecer o endividamento de cada Estado, pois o Regime de Recuperação Fiscal visa eternizar essas dívidas que já foram pagas várias vezes pelos estados.

5 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Preliminarmente, Maria Lucia agradeceu à ANFIP, presente na reunião, pela hospedagem do curso da ACD em sua plataforma virtual de capacitação. Na sequência informou que a 9ª turma do curso está em andamento e as inscrições para a 10ª turma se iniciam nesta data, 20/08/2021 e vão até 01/10/2021, podendo ser acessadas em: <https://bit.ly/3jbYVF8> . Esclareceu que com o curso a ACD não visa lucro, mas a formação das pessoas, inclusive várias vagas são gratuitas e/ou com desconto, beneficiando principalmente estudantes e pessoas que não possuem condições financeiras de efetuar a contribuição (R\$ 450,00 para curso de 60 horas; R\$ 225,00 para estudantes). Ela apelou às entidades para que avaliem a possibilidade de patrocinar associados, pois assim estarão apoiando a ACD. Lembrou que apesar de 99% das pessoas que compõem a ACD serem voluntárias, uma pequena equipe é necessária para cuidar da Secretaria, comunicação, estudos, e isso tem um custo.

6 - QUESTIONAMENTO A ANDRÉ MENDONÇA SOBRE PARECER EQUIVOCADO DA AGU

O questionamento que a ACD fez ao André Mendonça, Advogado Geral da União, decorre do fato de que a AGU expediu parecer admitindo que o esquema de “Securitização de Créditos Públicos” não envolveria garantia pública, o que não procede, haja vista que não existe garantia mais robusta que a entrega do fluxo de arrecadação tributária, que é cedido ao esquema. Maria Lucia citou diversos estudos e análises de casos feitos pela ACD, que concluiu que esse esquema funciona como um empréstimo do tipo consignado, ou seja, o dinheiro arrecadado pelo Estado sequer chegará aos cofres públicos, pois é subtraído na fonte, durante o percurso pela rede bancária. Informou sobre a carta desenvolvida pela ACD, que incentiva os Senadores a questionar esse assunto ao AGU André Mendonça, será sabatinado face à sua indicação para uma vaga no STF. Pediu a todos que enviem a carta através da ferramenta da ACD (basta 1 clique), disponível em <https://bit.ly/3B0c8XE> , e divulguem em suas redes sociais.

7 - CARTA AOS MINISTROS DO STF SOBRE INDEPENDENCIA DO BANCO CENTRAL - ADI 6.696

Maria Lucia comunicou que foi desenvolvida carta a ser enviada aos Ministros do STF, pois tanto o parecer da PGR como o voto do Ministro Ricardo Lewandowski reconheceram a inconstitucionalidade da Lei Complementar 179/2021, enquanto o voto do Ministro Barroso interpreta de forma equivocada o Art. 48 da CF/88, pois tal artigo não dá ao Congresso Nacional iniciativa para apresentar projeto de lei dessa natureza. Após sugestões apresentadas, foram deliberadas as seguintes ações:

- Noticiar a carta ao STF acompanhada de um texto em linguagem de fácil entendimento.

- Concluir a redação com revisão da Carmen, Lujan e Maria Lucia e por fim revisão ortográfica pelo Cláudio Oliveira do Núcleo Baiano.

8 - INCONSTITUCIONALIDADES DA LEI 14.185/2021 QUE LEGALIZA A “BOLSA-BANQUEIRO” E REVOGA PARTE DA CHAMADA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Maria Lucia salientou várias inconstitucionalidades da lei em comento, principalmente no que diz respeito à chamada “LRF”, que teria sido revogada sorrateiramente, conforme artigo publicado pelo Valor Econômico, de autoria de ex-chefe de departamento do Banco Central. Anunciou que foi preparado artigo contrapondo argumentos, mas já haviam sido feitas várias reiterações ao Valor Econômico. (Poucos dias após a reunião o respeitável jornal Monitor Mercantil publicou o artigo, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/monitor-mercantil-vale-revogar-a-chamada-lrf-para-garantir-o-overnight-aos-bancos/>).

Lembrou que a “LRF” é usada, em várias oportunidades, para impedir reajustes salarial dos servidores públicos, contratações, planos de carreira, investimentos sociais etc., porém, para remunerar a injustificada sobra de caixa dos bancos vale até desconsiderar tal dispositivo legal, haja vista que a Bolsa Banqueiro sem limite e sem qualquer previsão de quanto vai custar. Após sugestões apresentadas, foi solicitado apoio para contatos com entidades que possuem legitimidade para entrar com pedido de ADI contra a Lei 14.185/2021.

9. RETOMADA DO JULGAMENTO DA AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

<https://bit.ly/37Cw5HA>

Foi informado que o advogado da ação comunicou à ACD que foi retomado o julgamento e que a nova audiência está prevista para o mês de setembro.

10. II CONCURSO DE REDAÇÃO E POST

Maria Lucia ressaltou a importância de envolver estudantes no conhecimento do Sistema da Dívida e informou que foi lançado 2º concurso, lembrando que o 1º foi um sucesso. A premiação ocorreu no 2º Painel do Seminário Nacional e foi emocionante, pois vários jovens informaram que o conhecimento adquirido durante os estudos mudou a sua visão em relação às imensas possibilidades do nosso país. Neste segundo evento, duas novidades estão sendo colocadas à disposição dos participantes: monitorias e “aulões” para incentivar a participação. A premiação consiste em 6 aparelhos kindle de leitura que sobraram do primeiro concurso, tendo em vista que algumas categorias não chegaram a apresentar trabalhos naquele certame. O prazo de inscrição do II Concurso vai até o dia 30/09/2021, conforme disponível em <https://bit.ly/2WmGFQJ> e pedimos apoio na divulgação.

11. AVALIAÇÃO SOBRE O SEMINÁRIO NACIONAL CELEBRATIVO DOS 20 ANOS DA ACD

Maria Lucia enfatizou também o sucesso do Seminário Nacional “*Centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que amarra o Brasil e a urgência de Auditoria Integral com Participação Social*”, realizado em 10 painéis no período de 11/06/2021 a 09/07/2021. Lembrou que todos os vídeos estão disponíveis no canal da ACD no Youtube e podem ser acessados em: <https://bit.ly/3gKqE59>. Vários professores (as) participaram do evento, inclusive vários(as) que estão participando desta reunião, aos quais agradecemos imensamente pela contribuição a esse evento, que pode ser comparado a um curso de formação, devido ao volume de conteúdo informativo.

12. SEMINÁRIOS REGIONAIS

Conforme deliberado na reunião anterior, os seminários regionais poderão cumprir importante papel na mobilização contra a PEC 32, o RRF e demais ataques aos entes federados. O professor José Menezes (Núcleo Alagoas) já havia apresentado proposta e em breve será disponibilizada proposta de cronograma. Nesse seminário serão abordados a PEC 32; o “Regime de Recuperação Fiscal” nos Estados, a EC 109, o Sistema da Dívida e todas as contrarreformas que estão em andamento. Ele iria apresentar mais detalhe, mas em decorrência de notícia sobre falecimento de familiar, em decorrência das complicações da Covid-19, ele precisou se ausentar da reunião. Após sugestões, foi deliberado que:

- No Cronograma de reuniões regionais com Núcleos será integrada a programação dos seminários regionais, a realização de oficinas e o curso sobre pensamento sistêmico.

13. NOVA FASE DA CAMPANHA “É HORA DE VIRAR O JOGO”

Maria Lucia disse que se iniciou nova fase da campanha e que o layout do site foi melhorado conforme pode se verificar em - <https://bit.ly/3B8dmAq> . Solicitou apoio na divulgação do material, que explica de forma didática o modelo econômico errado que atua no Brasil e seus principais eixos (Sistema da Dívida, Política Monetária suicida, Modelo Tributário regressivo e modelos de exploração mineral e agrícola predatórios) que precisam modificar completamente, pois todos eles produzem escassez continuamente e concentram a renda nas mãos de poucos.

14. CONVITE PARA QUE A ACD APOIE O PORTAL DA VACINA

Maria Lucia informou sobre o convite recebido pela ACD e compartilhou a tela do portal da vacina, desenvolvido pelo Sindicatos Online, o qual conecta às respectivas secretarias de Saúde em cada Estado, onde estão as notícias sobre o andamento da vacinação e outras novidades. Após amplo debate, com várias intervenções que expressaram grande preocupação em relação à extensa lista de informações solicitadas no formulário exigido das pessoas que aderirem ao referido portal, em especial nessa conjuntura incerta, foi deliberado que a ACD não deveria incluir sua logomarca no referido Portal da Vacina.

15. DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Para doações à ACD, além do PagSeguro já disponível em <https://auditoriacidada.org.br/doacao/> , nesta semana foi criado o PIX da ACD e solicitamos a sua divulgação: PIX da ACD: 12537204000145

16. APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA DA COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

Maria Lucia coordena o Observatório de Finanças da CBJP e todos (as) estão convidados a participar dos grupos de estudos. Ressaltou que está sendo finalizado relatório sobre as finanças federais, estaduais, municipais. Os interessados em participar pode enviar e-mail para contato@auditoriacidada.org.br

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas, encerrando a reunião.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br,
www.auditoriacidada.org.br